

Primeiro trimestre: dificuldades na transição

por Nora Gonzalez
de São Paulo

As perspectivas para 1992 indicam que deverá haver uma forte transferência de renda do setor privado para o público, em especial em função dos aumentos reais de tarifas públicas e das pressões exercidas pela maior carga tributária. O primeiro trimestre do ano deverá ser difícil, pois marcará o início de um processo de transição que somente estará consolidado no segundo semestre.

As exportações poderão também registrar volumes recordes no final do próximo ano se continuarem as medidas em vigor hoje, como liberdade cambial e juros mais baixos no mercado internacional. Essas foram algumas das conclusões às quais chegaram os participantes do programa



Udo Döhler

Critica e Autocrítica deste domingo, apresentado na Rede Bandeirantes pela Gazeta Mercantil.

A mesa-redonda foi composta pelo deputado César Maia (PMDB-RJ), o economista Paulo Guedes e os empresários Udo Döhler,

da empresa têxtil Döhler, e Mário Alves Barbosa, dos fertilizantes Manah.

"O ajuste fiscal vai provocar um aumento de 100% real em fevereiro nas contas da Previdência Social, as tarifas públicas cresceram neste ano e a liberação dos cruzados tem efeito cumulativo sobre a quantidade de moeda em circulação, o que quer dizer que o governo vai continuar tentando atrair o capital especulativo para evitar a procura por ativos reais", disse Guedes.

Foi consenso entre os participantes que a expectativa é de "moderado otimismo", pois as empresas privadas ainda serão comprimidas pela baixa demanda e pela maior incidência de tributos mas, ao mesmo tempo, deverão começar a ser sentidos os efeitos da política econômi-

ca do ministro Marcelo Marques Moreira. "O grande acerto do governo neste ano foi irrigar a agricultura, pois permitiu a fixação do homem ao campo, maior superávit na balança comercial e aumentar a produção industrial a médio prazo. O dinheiro teve o destino certo", disse Döhler.

DESEMPREGO

Para Maia, a maior dificuldade deste ano já foi ultrapassada, o que significa que já está pavimentado o caminho para o entendimento em 1992. "O nó principal da crise brasileira é político, e já está começando a se desatar."

Como forma de amenizar um possível agravamento do desemprego, Döhler propôs que o governo reduza as contribuições sociais para os empresários que se dispusessem a manter seus

funcionários. "Com encargos sociais de 115%, alguém fica desempregado para que outro possa trabalhar", concordou Guedes,

que propôs a criação de contratos transitórios de trabalho, onde o governo poderia abrir mão do recolhimento previdenciário.